



■ EM CAUSA, AS NOVAS REGRAS PARA AS FINANÇAS LOCAIS

# Costa arrasa lei

Numa conferência, António Costa fez um retrato demolidor sobre as alterações que vão ser introduzidas pela nova Lei das Finanças Locais, aprovada recentemente e que entra em vigor a 1 de Janeiro de 2014.



António Costa teceu duras críticas à nova Lei de Finanças Locais.

Uma lei que vai actuar no que estava bem e que não interveio no que estava mal. É assim que António Costa define a nova Lei das Finanças Locais. O autarca, que falava na conferência "A nova Lei das Finanças Locais", promovida pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), sugere que os municípios possam receber uma parte do IVA que é cobrado para não serem asfixiados.

"É uma oportunidade perdida". António Costa fez um retrato demolidor sobre as alterações que vão ser introduzidas pela nova Lei das Finanças Locais, aprovada recentemente e que entra em vigor a 1 de Janeiro de 2014. Para o autarca, as prioridades escolhidas foram as erradas. A lei "vem fazer o que não era necessário fazer". "Não precisamos de diminuir a receita orçamental, de aumen-

tar as dificuldades de acesso ao financiamento, e não precisávamos de todo que o Estado transferisse para os municípios uma obrigação que é sua", resumiu.

A primeira das prioridades erradas do Governo foi "a redução de receitas". Algo que, diz o autarca, já se estava a verificar. As transferências orçamentais em 2012 estavam "ao mesmo nível nominal que tinham em 2005", pelo que "aí se vê logo esse grande retrocesso".

Além disso, as receitas com o Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis (IMT) e com a derrama, impostos que o Executivo sinalizou que vai extinguir, têm também vindo a cair.

"Caíram mais de 500 milhões de euros para o conjunto dos municípios" entre 2007 e 2012, explicou Costa. Por isso "não se justifica" reduzir ainda mais as receitas.

Mas também não se justifica "restringir a capacidade de endividamento dos municípios", prosseguiu António Costa. □

**A nova lei vai penalizar os municípios que têm maior autonomia orçamental, obrigando-os a depender ainda mais das transferências do Estado – o que, por sua vez, vai obrigar o Estado a transferir mais verbas, avisa Costa.**